

“GRITARAM-ME NEGRA, NEGRA!” “E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: MULHERES NEGRAS NA LUTA POR DIREITOS FRENTE A DOMINAÇÃO PATRIARCAL



“¡ME GRITAN NEGRA, NEGRA!” “¿Y NO SOY MUJER?”: MUJERES NEGRAS EM LA LUCHA POR
DERECHOS CONTRA LA DOMINACIÓN PATRIARCAL

ÁDRIA BORGES FIGUEIRA CERQUEIRA¹³⁸

ELIZETE ALVARENGA PEREIRA¹³⁹

Resumo

O presente artigo visa abordar a importância da luta das mulheres negras pelo direito à vida, à equidade e justiça social e por direitos frente às tentativas de dominação racial e de gênero diante de uma sociedade racista, sexista e estruturada sobre forte viés patriarcalista na sociedade de classes que alija o povo negro a grande contexto de desigualdade social e econômica. Carolina Maria de Jesus, Sorjourner Truth, Lelia Gonzales e Beatriz Nascimento no bojo de suas trajetórias podem nos levar a constatar a força das mulheres negras no questionamento da ordem vigente e das diferentes opressões, dos epistemicídios e das violências físicas e psicológicas, considerando que as mulheres negras elaboram suas experiências de gêneros, suas tecnologias de resistências de forma diferenciada da sociedade não negra. Tais mulheres são referenciais de questionamento dos diferentes papéis de gênero, dos lugares de raça e classe e são aqui citadas em razão de suas lutas, protagonismos e resistências frente aos meandros de configuração da violência dos colonizadores em territórios latino-americanos.

Palavras-chave: mulheres negras; direitos; gênero.

Resumen

Este artículo pretende abordar la importancia de la lucha de las mujeres negras por el derecho a la vida, la equidad y la justicia social y por los derechos frente a los intentos de dominación racial y de género frente a una sociedad racista, sexista y estructurada basada en un fuerte sesgo patriarcal en la sociedad de clases que arroja al pueblo negro a un gran contexto de desigualdad social y económica. Carolina Maria de Jesus, Sorjourner Truth, Lelia Gonzales y Beatriz Nascimento en medio de sus trayectorias nos pueden llevar a constatar la fuerza de las mujeres negras en cuestionar el orden vigente y las distintas

¹³⁸ Mestra em História pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: adriacerqueira@ifg.edu.br.

¹³⁹ Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: elizete.alvarenga@discente.ufg.br.



opresiones, epistemicidios y violencias físicas y psicológicas, considerando que las mujeres negras las mujeres elaboran sus experiencias de género, sus tecnologías de resistencia de una manera diferente a la sociedad no negra. Tales mujeres son referentes para cuestionar diferentes roles de género, lugares de raza y clase y son mencionadas aquí por sus luchas, protagonismos y resistencias frente a los entresijos de la configuración de la violencia por parte de los colonizadores en los territorios latinoamericanos.

Palabras clave: mujeres negras; derechos; género.

Nossos passos vêm de muito longe

“Gritaram-me negra” é parte do poema da compositora, coreógrafa e desenhista afroperuana Victoria Eugenia Santa Cruz Gamarra, ele traduz em grande medida, sob o aporte da subjetividade de seu corpo-território, uma trama discursiva com base na afirmação de sua narrativa identitária, a partir de sua experiência racial vivenciada desde a infância. Essa construção nos leva a considerar a potência dessa elaboração, quando ela aponta para a estrutura da formação da identidade individual com a formação da concepção de pertença à comunidade negra e elaborando marcadores que a separa na relação contrastiva dos não negros que a nomeia negra na tentativa de inferiorizá-la. Victória Santa Cruz evidencia sua estratégia de contraposição à tentativa de negação do perfil racial e caminha na afirmação da identidade negra positivada quando se recusa à rejeição socio-racial elaborada pelo discurso hegemônico.

“Eu não sou uma mulher” é trecho do discurso proferido por uma mulher negra representante de um caso emblemático, parte dessa luta de reivindicação de reconhecimento de direitos, caso destacado por Bell Hooks, da ex-escravizada, abolicionista e militante pelos direitos das mulheres, Sojourner Truth. Nascida em 1797, com o nome de batismo Isabela Baumfree, ela foi criada em uma família que provavelmente teve 12 crianças escravizadas, e passou por cinco “proprietários” antes de fugir em 1826 – quando experimentou pela primeira vez a liberdade e adotou o nome de Sojourner Truth, que significa “visita da verdade”.

Uma de suas bandeiras de luta foi pelo voto feminino, que a levou a ser confrontada durante a II Convenção Anual do Movimento pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1852. Na ocasião, as mulheres brancas presentes se sentiram insultadas por uma mulher negra falar na presença delas e gritaram exigindo: “Não a deixem falar! Não a deixem falar! Não a deixem falar!”¹⁴⁰.

¹⁴⁰ TRUTH *apud* HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo**. Trad. Bhuvli Libanio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. p. 252.



Ainda na mesma convenção, Sojourner discursou em resposta ao argumento de um homem branco contrário a equidade entre os gêneros, e que tinha como justificativa a narrativa equivocada de que as mulheres não eram fortes o suficiente para trabalhos manuais e que também seriam inferiores aos homens. Ela o contra-argumentou apresentando a sua experiência de maternidade e como trabalhadora capaz de fazer o mesmo esforço físico dos homens, além de relatar os tipos de violência física, emocional e sexual, vivenciadas em seu processo de escravização, em sua resposta ao homem. Seu discurso impactou a todas e todos que estavam presentes na convenção:

Bem, crianças, onde há muita algazarra deve ter alguma coisa que não está certa. Penso que entre as negras do Sul e as mulheres do Norte todas estão falando sobre direitos, os homens brancos logo, logo vão ter problemas. Mas sobre o que isso tudo aqui está falando? Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço [...] Eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher?¹⁴¹.

Se por um lado as mulheres brancas reivindicavam o direito ao voto, as mulheres negras, como Truth, lutavam por reconhecimento e contra as opressões interseccionais referentes à raça, classe e gênero.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie aborda, em “O perigo de uma história única”¹⁴², a armadilha que são as informações que nos chegam via filmes, livros, redes sociais e outras mídias, e que impossibilitam o acesso a outras versões sobre a mesma temática. Por muitos anos, a historiografia tradicional carregou o fardo de omitir a realidade e os impactos da escravização de pessoas africanas, contando esse período histórico sempre a partir da perspectiva europeia sobre os fatos. Para a autora: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”¹⁴³.

Stuart Hall (2018), em seu texto “O espetáculo do outro”¹⁴⁴, nos apresenta três momentos que marcam o encontro do Ocidente com os povos africanos, e que se desdobram na perspectiva de marcação da diferença social. O primeiro teve início no século VI, com o contato de comerciantes europeus com reinos da África Ocidental, e no qual se inicia o tráfico transatlântico de pessoas para serem escravizadas em outros países

¹⁴¹ TRUTH *apud* HOOKS, 2020, p. 252-253.

¹⁴² ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

¹⁴³ ADICHIE, 2019, p. 47.

¹⁴⁴ HALL, Stuart. O espetáculo do “Outro”. In: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016, p. 139-219.



no período de três séculos. O segundo, deu-se com a colonização do continente africano e sua “partilha” entre países europeus, na tentativa de subjugação e domínio de territórios e povos; de mercado e em vista do monopólio de matérias-primas coloniais. Por fim, as migrações de pessoas com origem no dito “terceiro mundo”, no período pós-Segunda Guerra Mundial, para a Europa e América do Norte.

As representações populares da “diferença” racial durante a escravidão rendiam a aglomerar-se em torno de dois temas principais. O primeiro era o *status* subordinado e a “preguiça inata” dos negros – “naturalmente” nascidos e aptos apenas para a servidão, mas, ao mesmo tempo, indispostos a trabalhar de fora apropriada à sua natureza e rentável para seus senhores.

O segundo tema era o inato “primitismo”, a simplicidade e a falta de cultura, que os tornava geneticamente de “refinamentos civilizatórios”¹⁴⁵.

Essa situação era ainda mais complicada para as mulheres negras em contexto de escravização, pois, além da opressão de classe e raça, ainda havia o peso da sociedade patriarcal alicerçada em doutrinas de religiões como o judaísmo, o islamismo e o cristianismo. Neste sentido, Bell Hooks aponta que mulheres negras subverteram essa ordem naturalizada quando assevera que:

A maioria das mulheres negras não teve a oportunidade de se satisfazer na dependência parasitária dos homens como é esperado da sociedade patriarcal. [...]

A instituição da escravidão forçou a mulher negra a se livrar de qualquer dependência da figura do homem que anteriormente tivesse e a obrigou a lutar por sua sobrevivência individual. A equidade social determinou os padrões de papéis sexuais negros na esfera do trabalho, no período da escravidão não criou uma situação que permitisse a mulheres negras serem passivas¹⁴⁶.

Ainda de acordo com a autora, poucas mulheres negras tiveram a opção de exercerem atividades laborativas remuneradas, e desde muito cedo lutaram por direitos em meio à inserção no mundo do trabalho e pelo direito ao voto.

Em “Trabalho, família e opressão das mulheres negras”, Patricia Hill Collins afirma que “os papéis de gênero foram moldados de maneira semelhante sob a escravidão. Em geral, as mulheres negras realizavam o mesmo tipo de trabalho dos homens. Isso lhes permitiu recriar as tradições da África Ocidental [...]”¹⁴⁷. A autora ainda aponta que a esperança de mudar suas realidades faz com que: “As mulheres negras do século XIX acreditavam que, se recebessem o direito de votar, poderiam mudar o sistema educacional

¹⁴⁵ HALL, 2016, p. 169-170.

¹⁴⁶ HOOKS, 2020, p. 139.

¹⁴⁷ COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 107.



de maneira que as mulheres teriam o direito de buscar com totalidade seus objetivos educacionais”¹⁴⁸.

Objetificação e a questão da subalternização do corpo negro

Na obra “Seus olhos viam Deus”, Zora Neale Hurston destaca a personagem afro-americana, denominada Nanny, em um diálogo com sua neta, enfatiza que uma das opressões vivenciadas pelas mulheres negras é ser tratada como “mula do mundo”. Segundo ela, os seus corpos são objetificados e inferiorizados no mercado de trabalho, no qual lhes cabem inserções como empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais, diaristas, caixas de supermercados, dentre outras profissões subalternizadas e mal remuneradas¹⁴⁹.

Querida, o branco manda em tudo desde que eu me entendo por gente.
[Talvez o homem negro esteja no poder em algum lugar além do oceano, mas só sabemos o que vemos.] Por isso o branco larga a carga e manda o crioulo pegar. Ele pega porque tem que pegar, mas num carrega. Dá pras mulher dele. As crioulas é as mula do mundo até onde eu sei¹⁵⁰.

De acordo com o Dicionário Online de Português¹⁵¹, o termo “mula” é originário do latim e se refere a um: “animal híbrido resultante do cruzamento de uma égua com um jumento, ou de um cavalo com uma jumenta; fêmea do mulo”. A escritora Djamilia Ribeiro apresenta, em seu livro “Quem tem medo do feminismo negro”, uma acepção para o termo que diz se referir à “cópula do animal considerado nobre (*equus caballus*) com animal tido de segunda classe (*equus africanus asinus*). Sendo assim, trata-se de uma palavra pejorativa que indica mestiçagem, impureza, mistura imprópria que não deveria existir”¹⁵², afirma.

Ela ainda assevera que este termo é utilizado desde o período colonial para identificar negros e negras de pele mais clara, resultado do estupro de mulheres escravizadas por senhores da casa grande. A autora também destaca a criação da personagem “Mulata Globeleza” que expõe uma mulher negra como figura hipersexualizada, e exibida com pinturas de purpurina nas programações televisivas de carnaval. “Tal nomenclatura tem cunho racista e machista e foi transferida à personagem

¹⁴⁸ COLLINS, 2019, p. 266.

¹⁴⁹ HURSTON, Zora Neale. **Seus olhos viam Deus**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹⁵⁰ HURSTON, 2002, p. 31.

¹⁵¹ Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

¹⁵² RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 141.



Globeleza. A adjetivação é uma memória triste dos 354 anos de escravidão negra no Brasil”¹⁵³.

Vale lembrar o caso emblemático, abordado recentemente pelo Jornal Folha de São Paulo, do radialista e apresentador de programas de televisão Oswaldo Sargentelli, que foi censurado pela ditadura militar por apresentar o polêmico “O Preto no Branco”, entre 1957 e 1964. Censurado, ele resolveu produzir shows com “mulatas” e abriu casas noturnas em Copacabana, como o Sambão, a Sucata e o Oba-Oba, por exemplo – essa última com filial em São Paulo.

Com sucesso nos negócios, Sargentelli começou a realizar shows em todo o Brasil e no exterior. “No auge do sucesso, quando chegou a ter 40 mulheres contratadas, foi acusado de racismo e de facilitar a prostituição [...] Adorava falar bem das mulatas, ‘as mulheres que sabem sambar de verdade’”¹⁵⁴. Como emblemático representante da sociedade patriarcal, ficava orgulhoso com o rótulo de mulherengo e por ser conhecido como o “rei das mulatas”. O Jornal Folha de São Paulo, ao apresentar a biografia de Oswaldo Sargentelli, em 14 de abril de 2002, não teceu críticas ou sequer contribuiu para que o leitor pudesse refletir sobre a objetificação de corpos de mulheres negras, tratadas como ‘mulatas’ e exploradas pela mídia. Na contramão da estereotipagem da história, sabemos que as mulheres negras são:

Trabalhadoras, lutadoras, as que não estão subordinadas ao poder masculino, as que não têm ou não querem homens ou filhos (mas sem abrir mão do sexo), sensuais, voluntariosas, fortes. Estes são algumas das possibilidades de sermos o que somos, alguns dos exemplos de nosso repertório de identidades, ou de feminilidades, que encontraram ressonância e pertinência entre nós ao longo dos séculos, sendo atuantes até hoje, século XXI¹⁵⁵.

Entretanto, como resultado direto do sistema patriarcal, as imagens das mulheres negras sempre foram construídas a partir desse lugar de subalternização e sexualização, no qual seus corpos sofrem violências que interseccionam estereótipos de raça, gênero e classe

O sexismo alimenta, justifica e apoia a violência do homem contra a mulher, assim como a incentiva a violência entre homens. Na sociedade patriarcal, homens são incentivados a canalizar agressões frustradas contra as pessoas

¹⁵³ RIBEIRO, 2018, p. 141

¹⁵⁴ REGIME Militar incentivou o “rei das mulatas”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de abril de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1404200230.htm>. Acesso em 20 nov. 2021.

¹⁵⁵ WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas Contra o Sexismo e o Racismo. In.: WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Criola, 2010. p. 79.



sem poder – mulheres e crianças. Homens brancos, da mesma forma que homens negros, abusam de mulheres¹⁵⁶.

Como bem assinala Lélia Gonzalez, a mulher negra sofre o “duplo fenômeno do racismo e do sexismo” e isto tem impacto em sua vida emocional, laboral e nas relações sociais. Ela afirma que “[...] o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Neste sentido, veremos sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”¹⁵⁷.

É importante também compreender que em novelas, filmes, dentre outros programas de entretenimento, além da objetificação da mulher negra, há ainda a insistência em papéis de subserviência, o que contribuiu para a continuidade da figura da mãe preta instituída no período colonial e do racismo estrutural em nosso país.

Mulheres negras nas trincheiras contra a dominação patriarcal

No início deste artigo, trouxemos a experiência da abolicionista Sojourner Truth, que lutou bravamente contra as opressões sofridas pela sua condição de mulher e negra. Ela demonstrou sua extraordinária coragem ao enfrentar um homem branco que questionou a capacidade das mulheres durante a realização da II Convenção Anual do Movimento pelos Direitos das Mulheres, em Akron. E mais que isso, apontou para os processos de exclusão que as mulheres negras estão submetidas mesmo nos movimentos de direitos de mulheres.

A diferença que os processos de singularização das mulheres negras produziu implica uma diferenciação entre sujeitos e grupos com base na raça e no gênero: homens e mulheres, *branc@s* e *negr@s*. Diferenciação que denuncia e recusa as condições de privilégio e de poder de violência como atributo do pólo racial branco, independentemente das condições biológicas do sexo ou dos desnivelamentos secundários às políticas de gênero. O que quer dizer também que reconhece, nas mulheres brancas de diferentes épocas também um pólo de poder e de violência¹⁵⁸.

Vale destacar que quando ocorreu o fato, as mulheres brancas presentes se manifestaram contrárias à fala de Truth, por considerar ofensiva a intervenção de uma mulher negra naquele evento. Passaram-se três séculos e a violência e as tentativas de silenciamento de mulheres negras continua evidente nas práticas de racismo estrutural e institucional, ancorados no sistema de patriarcalismo ocidental.

A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas a condição

¹⁵⁶ HOOKS, 2020, p. 172.

¹⁵⁷ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1984, p. 224.

¹⁵⁸ WERNECK, 2010, p. 77.



da mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras¹⁵⁹.

Como Truth, outras representantes negras se apresentaram nas trincheiras contra a dominação patriarcal, que insiste em ofuscar o brilho de mulheres que dão e deram grandes contribuições para as reflexões interseccionalizadas de gênero, classe e raça. Além das autoras já citadas neste artigo, também destacamos a importante contribuição da escritora Carolina Maria de Jesus, Maria Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez.

Carolina Maria de Jesus: voz insurgente que ecoa na favela

Mulher negra símbolo de resistência, Carolina Maria de Jesus é originária do Vilarejo do Sacramento, no Triângulo Mineiro. Em 1948, aos 33 anos, ela foi morar na favela do Canindé, localizada na zona norte da cidade de São Paulo, onde teve seu primeiro filho, João José de Jesus, fruto de um relacionamento com um marinheiro português. Mãe solo de três filhos, ela trabalhou como vendedora ambulante de bebidas, limpadora de corredores dos hospitais e hotéis e catadora de papel. Embora tenha enfrentado dificuldades de toda sorte e negligência por parte do Estado brasileiro, mantinha a sensibilidade e o amor pela natureza e por seu país.

Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Pátria. (...) Toquei o carrinho e fui buscar mais papeis. A Vera ia sorrindo¹⁶⁰.

Em sua obra “Quarto de despejo”, Carolina de Jesus faz uma leitura das desigualdades sociais vivenciadas na cidade de São Paulo. Da favela do Canindé era possível observar as injustiças sociais em uma cidade que por um lado era/é símbolo da industrialização e do desenvolvimento e, de outro, da miséria e da fome. Em sua obra, a escritora evidencia o contraste entre a cidade e a favela: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”¹⁶¹. Sempre com um olhar muito apurado e singular sobre a cidade.

Quando estou na cidade tenho a impressão de que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo¹⁶².

¹⁵⁹ COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 140.

¹⁶⁰ JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960. p. 29.

¹⁶¹ JESUS, 1960, p. 28.

¹⁶² JESUS, 1960, p. 33.



Nesse sentido, nota-se a riqueza dos detalhes para caracterizar São Paulo como um mundo à parte do que vivenciava na favela, em meio às dificuldades financeiras e mazelas como presenciava violência física, doméstica, infantil, alcoolismo, por exemplo. De acordo com Tania Maria Gomes da Silva e Flavia Cristina Silva Barbosa “a descoberta de Carolina de Jesus se deu graças ao jornalista Audálio Dantas, encarregado de fazer uma reportagem” sobre uma favela que crescia as margens do Rio Tietê no bairro Canindé¹⁶³.

A partir desta descoberta, Carolina de Jesus teve sua primeira obra publicada em 1960, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, que de acordo com Diva Frazão¹⁶⁴, teve tiragem de dez mil exemplares e na noite de autógrafos foram vendidos 600 livros. Ficou conhecida também por outras obras como “Casa de Alvenaria: Diário de uma Ex-favelada” (1961), “Pedaços da Fome” (1963) e “Provérbios” (1965).

Apesar de seu primeiro livro ter se tornado *best seller*, não se beneficiou com o sucesso, retornando à antiga atividade de catadora de papel. Em 1969, mudou-se com os filhos para um sítio localizado no bairro Parelheiros na cidade de São Paulo e foi esquecida do mercado editorial. O curta metragem “Despertar de um sonho”, que conta a sua história, teve produção alemã, com direção de Gerson Tavares, e foi proibido de exibição em 1975.

Após sua morte, em 1977, “Quarto de despejo” foi relançado, além de terem sido produzidos documentários sobre sua vida; além de livros, como “Diário de Bitita”; e “Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus”, dos professores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine. Essas produções contribuíram para despertar o interesse da mídia sobre a vida e obra da autora. A biblioteca do Museu Afro-Brasil, inaugurada no Parque Ibirapuera, em São Paulo, no ano de 2005, recebeu o seu nome como reconhecimento de sua grande contribuição como escritora negra brasileira¹⁶⁵.

Maria Beatriz Nascimento: é preciso aquilombar contra o racismo estrutural

As múltiplas identidades, elaboradas no contexto da diáspora africana, carregam em grande dimensão o teor da resistência e enfrentamento à exploração de corpos e subjetividades que para os europeus eram considerados inferiores. A historiadora e

¹⁶³ SILVA, Tania Maria Gomes da; BARBOSA, Flavia Cristina Silva. Exclusão e violência social na perspectiva da escritora Carolina Maria de Jesus: mulher negra, favelada e mãe solteira. **Revista CESUMAR**, v. 23, n. 2, p. 309-326, jul./dez. 2018. p. 313.

¹⁶⁴ Biografia de Carolina Maria de Jesus. Disponível em https://www.ebiografia.com/carolina_maria_de_jesus/. Acesso em: 04 out. 2021.

¹⁶⁵ Disponível em: <https://www.vidapoescrito.com/biografia>. Acesso em 04 out. 2021.



ativista Beatriz Nascimento traz a noção de diáspora a partir da perspectiva transatlântica, em que há perdas de referências para essas pessoas, o que impacta diretamente os seus corpos e compromete suas identidades. No filme *Orí* (1989), Beatriz Nascimento aponta sobre a importância de dar visibilidade a estes corpos negros:

É preciso imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade então eu conto a minha experiência em não ver Zumbi, que pra mim era o herói¹⁶⁶.

Quando a historiadora faz a ligação entre imagem e corpo, ela tem a preocupação com a reconstrução de uma identidade impactada diretamente pela diáspora, e que ainda reflete na vida de corpos negros, que buscavam estratégias de resistência ao sistema escravocrata por intermédio de sua organização em quilombos, e atualmente buscam outras formas de resistir ao racismo estrutural.

Esta resistência não se restringe apenas a espaços como o Quilombo dos Palmares, mas hoje se manifesta também em expressões culturais como a música; a capoeira; a dança; a vestimenta; o penteado; o culto das religiões de matriz africana; implementação da política de cotas; participação em movimentos sociais, como o movimento negro; e atuação em instituições de pesquisa acadêmico-científica, como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, por exemplo.

Com a instituição do 20 de novembro, como data de resistência para lembrar o assassinato do líder Zumbi dos Palmares e em contraponto ao 13 de maio, muitas ações como palestras, aulas, seminários e eventos, têm sido realizadas para reforçar e valorizar a herança negra.

Quilombo passou a ser sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra¹⁶⁷.

Lélia Gonzalez: intelectual amefricana contra o racismo e sexismo

A gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, para mim, uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo. As outras são mulatas, marrons, pardos etc.

¹⁶⁶ NASCIMENTO, Beatriz. [narração]. In: **ORÍ**. Direção: Raquel Gerber. Rio de Janeiro, Brasil: Angra Filmes, 1989.

¹⁶⁷ RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006. p. 124.



Lélia de Almeida Gonzalez foi antropóloga, filósofa, professora, escritora, intelectual e integrante do movimento negro e feminista. Nasceu na cidade de Belo Horizonte, em 1935, numa família com 13 filhos. Em 1942, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, por ocasião da contratação seu irmão, Jaime de Almeida, como jogador de futebol pelo Flamengo¹⁶⁸.

Vale destacar que concluiu o ensino médio com muita dificuldade no Colégio Pedro II, em 1954, e graduou-se em História e Geografia, e depois em Filosofia, pela atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foi professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho e diretora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Além de contribuir para o surgimento de movimentos negros na década de 1970 e 1980, Lélia Gonzalez foi o grande nome na formação de grupos de mulheres negras espalhados pelo país, como o Aqualtune, Luiza Mahin, Grupo de Mulheres Negras do RJ, Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, Centro de Mulheres de Favelas e Periferias e Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo¹⁶⁹.

Deve-se ressaltar que, neste período, Lélia também inicia suas publicações em periódicos e faz comunicações orais em eventos nacionais e internacionais abordando a situação da mulher negra, diante da combinação entre racismo e sexismo. Para ela, são dois campos em construção: o ativismo e a vida acadêmica¹⁷⁰.

A autora foi uma mulher negra que contribuiu para abalar as estruturas de uma sociedade racista e sexista. A sua atuação se dava na organização de redes, marchas, eventos, festivais culturais, grupos de estudos e de militância, bem como publicação e tradução de textos. Ela era uma intelectual que transitava com facilidade nos movimentos sociais e uma militante com presença marcante na academia. Em palestra realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Angela Davis sinalizava o importante papel de Lélia Gonzalez nas reflexões sobre gênero, raça e classe em nossa sociedade.

Muito antes do conceito de interseccionalidade ter sido utilizado, Lélia Gonzalez insistia que não só deveríamos compreender a complexa interrelação de raça, classe e gênero, mas insistia também que deveríamos ter em mente as nossas conexões, os nossos elos com a comunidade indígena, as conexões entre

¹⁶⁸ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 02 fev 2020.

¹⁶⁹ RATTTS, 2010.

¹⁷⁰ RATTTS, 2010, p. 4.



os povos indígenas e os povos negros. E essa é uma das lições que nós nos EUA precisamos aprender com a história do feminismo negro no Brasil¹⁷¹.

Lélia Gonzalez morreu em 10 de julho de 1994, deixando um legado para o movimento negro, movimento feminista negro e intelectuais que desejam dar visibilidade a seu trabalho e contribuir para que o país diminua drasticamente os índices de racismo e machismo.

Conclusão

Neste artigo, evidenciou-se a necessidade de reconhecimento das contribuições das mulheres negras na luta por garantia de direitos e enfrentamentos às tentativas de dominação patriarcal, racial e de relações de gênero. Aqui também procurou-se apontar o legado de resistências e a contundente contraposição aos processos de epstemicídios, na medida em que são as mulheres negras em suas agências que realizam o alargamento das tecnologias de resistência com vista à continuidade da vida e a ampliação do campo epistemológico, a partir da herança de seus postulados e contributos para luta contra esse contexto adverso vivenciado pelas mulheres negras, que carregam os indicadores de maiores vulnerabilidades, pobreza e miséria, violência obstétrica, além do fato de que a criminalização do aborto impacta mais diretamente as mulheres negras. Esse segmento sócio racial, que é alijado do mundo do trabalho, sofre grande desprestígio do trabalho manual e não são reconhecidas em seu trabalho intelectual, em razão dos atravessamentos pelo racismo, machismo, sexismo e patriarcalismo.

Diante disso, tomar os itinerários de mulheres negras aqui apontadas, reconhecendo-as no lugar de produção de conhecimento, de problematizações e direcionamentos dos problemas sociais atuais, de mulheres intelectuais que denunciam a surdez/mudez diante dos quadros sócio raciais de violências empreendidas é fundamental. Carolina Maria de Jesus, Sorjourner Truth, Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento, entre outras tais como, Luiza Mahin, Dandara, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Aquatune, entre outras, são mulheres que apresentam importantes performatividades, que nos leva a reconhecer o legado do feminismo negro, que apontam as questões interseccionalizadas para além das questões ligadas à representatividade e beleza negra, apontando a urgência da necessidade de ter mulheres negras em posições de poder, que questionam a estrutura excludente e exploratória do sistema capitalista, e que se juntam a outras em uma estrutura

¹⁷¹ DAVIS, Angela. Conferência “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”. 1 vídeo (150 min). Publicado pelo canal TV UFBA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=waCyZZap9I>. Acesso em: 17 jun 2022.



de tempo espiralar gerando força motora para o processo de aquilombamento reivindicado por Beatriz Nascimento.

Aqui empreendeu-se esforços para destacar e reconhecer a importância do legado das mulheres negras no aprimoramento das políticas públicas de ações afirmativas, que elaboram rupturas no racismo e patriarcalismo estrutural, diante do quadro sociopolítico que vem sendo desenhado ao longo da História, e da afirmação dos espaços para movimento sociais ressurgente com base nos postulados, posturas e lutas de mulheres negras.

Data de Submissão: 02/03/2022

Data de Aceite: 20/05/2022

Referências Bibliográficas

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. ANDRADE, Luciana; MATOS, Marlise. A criminalização da violência contra as mulheres no Brasil: de “legítima defesa da honra” à violação dos direitos humanos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 30, n. 2, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984.

HALL, Stuart. O espetáculo do “Outro”. In: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016, p. 139-219.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo**. Trad. Bhuvi Libanio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HURSTON, Zora Neale. **Seus olhos viam Deus**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.



JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

NASCIMENTO, Beatriz. [narração]. In: **ORÍ**. Direção: Raquel Gerber. Rio de Janeiro, Brasil: Angra Filmes, 1989.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Tania Maria Gomes da; BARBOSA, Flavia Cristina Silva. Exclusão e violência social na perspectiva da escritora Carolina Maria de Jesus: mulher negra, favelada e mãe solteira. **Revista CESUMAR**, v. 23, n. 2, p. 309-326, jul./dez. 2018.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas Contra o Sexismo e o Racismo. In.: WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Criola, 2010.